

EMBAIXADA DO BRASIL EM LUSACA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR COLBERT SOARES PINTO JR.

Desde o início de minha gestão à frente da Embaixada em Lusaca, em 04/08/2017, até a presente data, o Posto cumpriu intensa agenda de atividades, havendo logrado desenvolver iniciativas e efetuar avanços qualitativos nas diversas áreas de trabalho. Descrevo, a seguir, os principais avanços e atividades desenvolvidos no período em tela para cada uma das áreas temáticas, bem como o contexto em que as ações da Embaixada têm sido levadas a efeito.

POLÍTICA

2. A Zâmbia tem mantido sua vida cívica no marco da democracia desde o início da década de 1990, quando se encerrou o período de 27 anos de poder do presidente Kenneth Kaunda, no qual prevaleceu, durante a maior parte do tempo, sistema político controlado por um único partido, o UNIP. Nos vinte anos seguintes, sucederam-se presidentes do MMD, partido do Movimento pela Democracia Multipartidária, principal responsável pela mobilização que levaria ao fim do regime zambiano de partido único. Em 2012, passou a governar a Zâmbia a força política que se encontra atualmente no poder, o partido da Frente Patriótica (PF). Porém, o presidente eleito naquela ocasião, Michael Sata, morreu no final do segundo terço de seu mandato. Para substituí-lo, organizaram-se eleições presidenciais suplementares, em que saiu vitorioso, por reduzida margem de votos, o atual presidente, Edgar Chagwa Lungu, que havia sido ministro da Justiça e da Defesa no governo Sata, bem como secretário-geral do PF. Cumprido o período de um ano e meio correspondente ao tempo que faltava para completar o mandato de Michael Sata, seguiram-se novas eleições presidenciais, em agosto de 2016, em que Lungu, uma vez mais, saiu vitorioso por pequena margem, desta feita para um mandato integral de cinco anos.

3. O resultado eleitoral foi contestado fortemente pela oposição, que teve seu principal líder, Hakainde Hichilema (filiado ao 'United Party for National Development'), encarcerado sob acusação de atentar contra a segurança do presidente Lungu. Hichilema seria recolocado em liberdade meses mais tarde, mas o episódio, assim como o cenário em torno da campanha presidencial, repercutiu negativamente

junto a formadores de opinião e observadores da política zambiana, inclusive no meio diplomático.

4. O país encontra-se envolto em severa crise econômica, derivada, em grande medida, de uma temerária gestão fiscal, que endividou pesadamente o país no arco dos últimos anos; de longo e intenso período de estiagem, que vem submetendo o país a regime de racionamento de energia elétrica; e em função da conjuntura internacional de diminuição da atividade econômica, relacionada com a crise sanitária global provocada pela pandemia de Covid-19. Nesse contexto adverso, o governo Lungu tem procurado meios de garantir a sua permanência no poder, buscando promover reforma da Constituição zambiana, projeto que se encontra em discussão no Parlamento, a qual teria como um de seus efeitos o de produzir maior fortalecimento do partido no poder, o que daria ao PF condições favoráveis na disputa das próximas eleições presidenciais, programadas para agosto de 2021.

5. O tema das eleições presidenciais de 2021 tem dominado a pauta política do país e inclui discussão sobre a legalidade de uma eventual candidatura de Lungu a novo mandato. A Constituição zambiana, reformada em 2016, veda a possibilidade de um terceiro mandato presidencial. Consultada a respeito, a Corte Constitucional emitiu parecer confuso, que se tem prestado a distintas interpretações. Na opinião do governo, o primeiro termo de Lungu no poder (2015-2016) não poderia ser computado para efeito eleitoral, por haver sido derivado de eleição suplementar e tido duração sensivelmente inferior à dos mandatos regulares (5 anos). Para a oposição, como a Constituição não estabelece nenhuma diferença entre mandatos regulares e os derivados de eleição suplementar, o presidente Lungu estaria, agora, completando o seu segundo mandato e, portanto, seria inelegível. O debate ainda se encontra aberto, podendo, inclusive, vir a abrir flanco para movimento dissidente interno nas hostes do PF, com vistas à apresentação de candidato alternativo à presidência do país.

6. Durante o período de minha chefia no Posto, a Embaixada realizou reuniões de trabalho e gestões políticas sobre diversos temas afetos às Relações Exteriores, tendo como interlocutor principal o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia (MoFA). Nesse campo, cumpre assinalar que a Zâmbia tem emprestado apoio à maioria das posições e candidaturas brasileiras nos foros multilaterais, sendo o Brasil seu principal parceiro sul-americano.

7. Os principais temas da agenda política nacional têm merecido cobertura atenta de parte da Embaixada. Entre estes, destacam-se: diálogo político entre governo e oposição; projeto de emenda à constituição ('Bill n. 10'); eleições presidenciais de 2021; debate

sobre a possibilidade de reeleição do presidente Edgar Lungu; eleições suplementares em distritos eleitorais; denúncias de corrupção em órgãos oficiais; incremento da violência política; direitos humanos, liberdade de expressão e de imprensa; assuntos de segurança pública; efeito da atual crise econômica sobre a popularidade do presidente Lungu e do partido do governo (PF); implementação do VII Plano Nacional de Desenvolvimento (7NDP); viagens presidenciais e atuação da Zâmbia nos foros de integração política e econômica regionais, especialmente na SADC, COMESA e União Africana.

8. A Embaixada tem participado ativamente das reuniões periódicas do Grupo de Países Cooperantes (CPG), do qual faz parte. Na condição de membro da agrupação, a Embaixada participou das duas edições do Fórum de Diálogo de Alto Nível, entre o CPG e o governo zambiano, mecanismo reativado em 2018 e voltado ao fomento de uma maior integração entre doadores de cooperação técnica e/ou econômica para o desenvolvimento e seus interlocutores locais. Ambas as ocasiões propiciaram intercâmbio de opiniões e informações acerca dos temas mais relevantes para a cooperação técnica e o relacionamento político-econômico entre os dois lados.

9. No corrente ano de 2020, Brasil e Zâmbia completam 50 anos de relações diplomáticas. A Embaixada recomenda que se promova a comemoração da data por meio de ato oficial, preferivelmente com a visita de autoridade diplomática brasileira à Zâmbia. Na avaliação da Embaixada, a realização de visita de alto nível poderia catalisar o adensamento do diálogo político bilateral.

ECONOMIA

10. Observou-se, nos últimos três anos, paulatina deterioração da economia zambiana e de seus fundamentos macroeconômicos. Destacam-se, entre os principais fatores causadores desse processo, a crescente dívida pública (doméstica e externa), atualmente no patamar de USD 11,2 bilhões, e o aumento do déficit fiscal, hoje equivalente a 8,2% do PIB (contra 6,5% registrado há um ano). Tal conjuntura levou à agência de classificação de risco de crédito Moodys a rebaixar o "rating", em função da debilidade do país frente ao seu crescente estoque de dívida pública, com aumento da probabilidade de insolvência.

11. Contribuíram para o quadro de desequilíbrio macroeconômico ora vigente as crises nos setores agrícola e energético observadas

no ano de 2019, causadas por uma das mais severas estiagens das últimas décadas na porção meridional africana. A falta de chuva afetou duramente a produção elétrica zambiana, fortemente dependente de fontes hidráulicas (que respondem por 85% de sua capacidade de geração), assim como a produção de alimentos, tendo ficado o país na iminência de uma crise humanitária. No último ano, foram recorrentes (problema que ainda persiste) os contínuos desabastecimentos elétricos, que obrigaram à imposição de sistema de racionamento de energia (chamado localmente de "load shedding"), quadro que acabou por minar o desempenho dos setores produtivos do país. A prolongada seca levou, por sua vez, a quebras de safra, sobretudo no principal cultivo doméstico: o milho, que viu seu preço disparar e contribuir, em grande parte, para a volta da pressões inflacionárias, hoje em 15,7% no acumulado dos últimos doze meses.

12. Com a erupção da pandemia de COVID-19, as perspectivas da economia zambiana para o ano corrente tornaram-se ainda mais nebulosas, porquanto a queda do ritmo econômico já é bastante visível no país. Ao ser muito dependente de exportações de cobre e demais minérios, especialmente para a China, a Zâmbia deverá sofrer, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), retração da ordem de 3,5% de seu produto interno bruto em 2020. Com a desaceleração da economia mundial, a acentuada queda do preço internacional do cobre e reservas internacionais muito baixas (equivalentes a apenas 1,7 mês de importação), o país deverá ver o seu setor externo fortemente pressionado, podendo vivenciar episódios de ataques especulativos contra a sua moeda (kwacha), cuja desvalorização foi de aproximadamente 100% frente ao dólar, desde quando aqui cheguei.

13. Saliento que o governo não logrou contornar tal quadro negativo, uma vez que a retórica das autoridades governamentais de privilegiar a implementação de medidas de austeridade não se traduziu na obtenção de resultados efetivos. Para agravar ainda mais a situação, a percebida falta de comprometimento do governo com práticas fiscais responsáveis dificultou, em grande medida, as negociações com o FMI, com vistas à aprovação de programa de recuperação econômica no valor de USD 1,3 bilhão em favor do país (as conversas com o Fundo se arrastam desde 2017). O crescimento persistente da dívida pública zambiana (representando mais de 80% do PIB) continua sendo, naturalmente, o principal óbice ao acordo. Afinal, os negociadores do FMI condicionam a ajuda à efetiva implementação de medidas que levem à contração da dívida do país.

14. Nesse contexto, o relacionamento da Zâmbia com a China merece especial atenção. A influência do país asiático na Zâmbia é incontrastável, sendo, atualmente, o principal parceiro econômico

deste país (maior investidor e segundo destino das exportações zambianas). Apenas em financiamento de projetos de infraestrutura na Zâmbia, o governo chinês já destinou cerca de US\$ 8,5 bilhões. As companhias chinesas controlam praticamente todas as obras de infraestrutura zambiana de maior envergadura e importância estratégica. Em grande medida, os problemas da dívida pública zambiana têm origem no vultoso fluxo de empréstimos contraídos com empresas chinesas, sobretudo empreiteiras, em condições contratuais nem sempre vantajosas para o país africano e carentes de transparência (muitas vezes, tais contratos são de natureza confidencial). São recorrentes as denúncias de superfaturamento de várias dessas obras e de desvio de recursos por dirigentes governamentais.

15. Conforme algumas fontes da imprensa já alertam, a abordagem diplomática chinesa direcionada à Zâmbia (e a vários outros países africanos), denominada corriqueiramente de 'debt-trap diplomacy', ou 'predatory infrastructure financing', termos empregados por autoridades norte-americanas, estaria contribuindo, em considerável grau, para o crescente endividamento do país, assim como colocando em risco a soberania zambiana em determinados setores estratégicos da economia.

16. Como se nota, o horizonte que se vislumbra nos próximos anos não se mostra alentador para a economia local, especialmente quando se leva em consideração a aproximação das eleições presidenciais, agendadas para agosto de 2021, o que poderá estimular o relaxamento do controle dos gastos públicos, assim como a aproximação do vencimento do primeiro 'eurobond' contraído pelo país em 2012, no valor de US\$ 750 milhões (outros dois 'eurobonds' foram contraídos pelo país 2014 e 2015, nos valores de US\$ 1 bilhão e US\$ 1,25 bilhão, respectivamente). O primeiro eurobond, em específico, tem vencimento em 2022, e a capacidade de pagamento do país já preocupa o governo, assim como a possibilidade de exploração política do tema nas eleições presidenciais de 2021 contra Lungu, que deverá tentar a reeleição.

17. Saliente-se, por fim, a assinatura, em Brasília, em dezembro de 2017, do Acordo de Reestruturação da Dívida da Zâmbia com o Brasil, ocasião em que o então ministro das Finanças da Zâmbia, Felix Mutati, representou o país africano. Por meio do referido instrumento, o Brasil concedeu perdão de 80% do valor total da dívida bilateral zambiana (de USD 113,4 milhões), gesto muito bem recebido localmente e que contribuiu para reforçar a já positiva imagem brasileira.

COMÉRCIO

18. No que se refere ao comércio internacional, cabe destacar que a Zâmbia faz parte dos principais arranjos de livre comércio no âmbito africano, como o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), sendo também participante, desde 2016, do acordo tripartite COMESA-SADC-Comunidade da África Oriental. O país beneficia-se, igualmente, do Acordo de Cotonou e do 'Everything but Arms' (EBA) com a União Europeia; além do Sistema Geral de Preferências (SGP) e do 'African Growth and Opportunities Act' (AGOA) estadunidenses, que garantem comércio livre e sem limitação de quotas aos seus produtos naqueles mercados.

19. Mais recentemente, a Zâmbia assinou, em 2019, o acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA), mas ainda não o ratificou internamente. Observa-se importante clivagem interna sobre o tema, cujos efeitos são sentidos no processo de ratificação do instrumento, que caminha de maneira morosa. O próprio Ministro do Comércio e Indústria zambiano, Christopher Yaluma, declarou, em diversas oportunidades, que o país "não terá pressa" ("Zambia will not rush") em acelerar a ratificação do acordo. A preocupação das autoridades locais é que a Zâmbia se torne, nas palavras de Yaluma, um "dumping site for substandard products".

20. Outro desafio colocado ao país, no âmbito da ZLCCA, refere-se à sua adequação ao protocolo de livre movimentação de pessoas, porquanto a presença de mão-de-obra qualificada em outras nações africanas poderia afetar negativamente o mercado laboral do país. O já mencionado ministro do Comércio e Indústria declarou que a Zâmbia não estaria preparada para tal protocolo.

21. Instituições de pesquisa e os economistas com os quais o Posto mantém contato rotineiro avaliam, de modo geral, que a não-ratificação da ZLCCA, até o momento, comprovaria a postura defensiva e vacilante das autoridades em relação ao tópico. Sugerem, igualmente, que a internalização do instrumento no ordenamento jurídico local pouco impactaria o comércio exterior praticado pelo país. Tal assertiva estaria baseada em dois motivos centrais: i) o fato de a Zâmbia já se encontrar obrigada a reduzir suas linhas tarifárias e liberalizar setores de interesse em função dos arranjos comerciais previamente citados; e ii) o padrão de comércio por ela praticado, majoritariamente voltado para fora do continente.

22. Sobre este último ponto, deve ser ressaltado que as exportações da Zâmbia estão concentradas basicamente em 15 países (representam 95% do seu volume). A Suíça, maior importadora, responde, sozinha, por 44,6% do total das vendas externas zambianas (grande parte de tais seria, na verdade, destinada a empresas chinesas, em

esquema de operações indiretas); a China, em segundo lugar, por 16,3%. Daquele grupo de 15 países, sete são africanos, sendo que cinco deles situam-se em sua vizinhança imediata. Esse pequeno grupo de cinco países - RDC, África do Sul, Zimbábue, Malawi e Tanzânia - absorvem, por sua vez, 99% das exportações zambianas destinadas ao continente africano.

23. Somado à pouca significância atual do mercado africano para a Zâmbia, mesmo participando de todos os blocos comerciais regionais previamente mencionados, deve ser sublinhado o fato de que, nos últimos anos, houve decréscimo de 50% das exportações deste país para a África, o que, por si só, constitui elemento adicional de crítica à ZLCCA e à sua capacidade de alavancamento do comércio exterior zambiano em nível continental.

24. As explicações para tal padrão de comércio são, como se supõem, estruturais. Afinal, assim como outros países africanos, a Zâmbia tem seus mercados tradicionais localizados extrarregionalmente, o que se explica pela baixa capacidade aquisitiva dos países do entorno e pela falta de complementariedade entre as economias do continente, quase todas altamente dependentes da exportação de bens primários e 'commodities' de mesma natureza (como minerais, por exemplo). No caso da Zâmbia, o cobre responde, sozinho, por 75% de suas vendas ao exterior.

25. Economistas do país advogam que, para a Zâmbia auferir benefícios e vantagens na ZLCCA, o país deveria dedicar-se a "fazer o dever de casa", o qual consistiria em acelerar seu processo de industrialização interna; diversificar a sua economia, muito centrada em minérios e bens agrícolas comercializados com baixo valor agregado; e aprimorar sua infraestrutura e logística, elemento crítico, por tratar-se de país sem acesso ao mar. As empresas zambianas deveriam, por seu turno, e como consequência do reduzido mercado local, voltar seus esforços para a conquista de mercados nos países vizinhos (hoje, por exemplo, a Zâmbia possui comércio deficitário com o bloco da COMESA); além de mirar os mercados regionais africanos ainda não desbravados, como é o caso da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que recebe exportações zambianas equivalentes a insignificantes USD 4 milhões (a Zâmbia exporta USD 8 bilhões para o mundo).

26. Já sob a ótica da importação, determinados setores da economia local defendem que a participação na ZLCCA traria benefícios para os consumidores e para o setor produtivo interno, ao facilitar a entrada, no país, de bens de consumo, matérias-primas e bens de capital a custos mais competitivos, estimulando, ao mesmo tempo, a inovação, o empreendedorismo e a geração de empregos.

27. Vale notar que a Zâmbia - integrante do G-6, juntamente com Djibuti, Etiópia, Madagascar, Maláui, Sudão e Zimbábue - solicitou período de transição de 15 anos para aplicação de 90% da redução tarifária proposta no texto da ZLCCA. Tal prerrogativa no cronograma e conteúdo do processo de liberalização comercial permitirá àquele grupo de países aprimorar, de maneira mais gradual, a competitividade dos setores produtivos domésticos que se apresentam ainda incipientes.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BRASIL-ZÂMBIA

28. Os números referentes ao comércio Brasil-Zâmbia ainda são modestos e irregulares, embora tenha sido observado, em 2019, o maior volume de troca entre os dois países: foram contabilizados USD 28,4 milhões de corrente de comércio (aumento de 9,2% em relação a 2018), sendo o Brasil amplamente deficitário nessa relação (-USD 19,6 milhões). Importante sublinhar que as exportações zambianas aumentaram 27,7% em relação a 2018, havendo extrema concentração dessas vendas no segmento de produtos derivados do cobre (quase 100% do total). Já as exportações do Brasil para a Zâmbia (175º lugar no ranking de destinos dos produtos nacionais) mostraram-se mais diversificadas e com maior valor agregado. Destacaram-se as vendas de pneus usados (23%); móveis (20%); maquinário agrícola (9,7%); instalações e equipamentos de engenharia e construção civil (9%); máquinas não-elétricas, ferramentas e aparelhos mecânicos (5,6%); bombas para líquidos e elevadores de líquidos (4,8%); demais produtos da indústria de transformação (4,7%); e tratores (4%). No que concerne a investimentos, não há empresas brasileiras atualmente investindo na Zâmbia. A última companhia com presença neste país foi a mineradora Vale, que acabou por vender, em 2017, sua participação na mina de Lubambe para empresa australiana.

PROMOÇÃO COMERCIAL

29. A criação do Setor de Promoção Comercial (SECOM), em 2018, foi um dos resultados mais relevantes obtidos durante minha gestão à frente da Embaixada. A abertura do setor esteve atrelada à observação, à época, do fato de a Zâmbia receber, progressivamente, detida atenção de importantes potências econômicas emergentes, especialmente aquelas integrantes do BRICS, além de países com destacada presença regional, como Turquia e Arábia Saudita. Tal interesse se justificava, entre outros motivos, pelo bom desempenho econômico do país, que hoje ocupa

o terceiro posto de maior economia da África Austral, com Produto Interno Bruto de US\$ 27,5 bilhões (seu PIB experimentou expansão de aproximadamente 50% nos últimos 10 anos), atrás apenas da África do Sul e de Angola.

30. Contribui ainda para o aumento da atratividade econômica da Zâmbia a existência de uma economia de mercado com alto grau de abertura, amparada por ordenamento jurídico com garantias legais de proteção do investimento e de repatriação de lucros. Recorde-se, igualmente, que, ao contrário da maioria dos países africanos, não existe controle cambial na Zâmbia. Some-se a isso a presença de mão-de-obra barata e praça financeira diversificada (estão presentes os principais bancos sul-africanos, britânicos, chineses, indianos, entre outros).

31. Entre os principais resultados alcançados pelo SECOM, destaco: i) apoio e acompanhamento de visitas de empresas brasileiras de alto perfil a esta capital (Embraer, Marcopolo, Odebrecht, Positivo Informática); ii) participação da Embaixada, pela primeira vez, em todas principais feiras e exposições da Zâmbia; iii) organização, em abril de 2019, de missão exploratória do setor de biocombustíveis brasileiro, liderada pelo Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA), à Zâmbia; iv) apoio contínuo dado à Embraer, desde 2018, em suas tratativas junto ao governo local, com o objetivo de realizar venda de jatos para a companhia aérea 'Zambia Airways', cuja entrada em operação se encontra, no momento, adiada.

32. A missão empresarial brasileira do setor sucro-alcooleiro, capitaneada pelo APLA, ocorrida em abril de 2019, mereceria especial menção, uma vez que sua exitosa execução, por iniciativa da Embaixada, possibilitou a retomada do diálogo bilateral em biocombustíveis, que se encontrava suspenso há vários anos. As atividades então realizadas em Lusaca receberam grande atenção do governo local, havendo contado com a participação dos ministros zambianos da Energia e do Planejamento para o Desenvolvimento, além de técnicos de vários órgãos oficiais, em seminário realizado sobre o tema na ocasião. Estava prevista, para março deste ano, a vinda da segunda missão empresarial brasileira do setor à Zâmbia, ainda mais robusta em termos de participação de empresas, com o objetivo de prospectar oportunidades comerciais e de investimento concretas no país africano. Contudo, com a eclosão da pandemia de COVID-19, a missão teve de ser postergada, possivelmente para o segundo semestre de 2020.

33. No campo da agricultura, outra área em que há grande potencial para que Brasil e Zâmbia aprofundem entendimentos, valeria recordar que se encontra em exame pelo Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA) projeto de memorando de entendimento bilateral. O texto já conta com o consentimento do governo local. O tema suscita grande interesse da parte zambiana, que tenciona aprofundar parceria com o Brasil nessa área, de modo a receber cooperação em sentido amplo, não somente técnica, mas também sob a forma de investimentos e eventual formação de joint-ventures. A Embaixada entende que o assunto deveria receber tratamento diferenciado no âmbito do governo brasileiro, principalmente no contexto das comemorações dos 50 anos de relações diplomáticas entre os dois países.

34. Ainda em agricultura, a Embaixada havia planejado a realização, no segundo semestre de 2020, de missão empresarial brasileira a Lusaca, com o objetivo de explorar oportunidades nos segmentos de equipamentos, maquinário, fertilizantes, tecnologia de irrigação, processadores de frutas e alimentos, bem como de itens relativos à pecuária, sobretudo relacionados com melhoramento genético e pastagens, venda de sêmen e embriões bovinos, sementes de pasto etc. O Posto entende haver evidentes oportunidades para as empresas brasileiras do setor neste país, visto que a Zâmbia apresenta muitas características naturais e climáticas similares às do Brasil. O planejamento da missão encontra-se suspenso em função das restrições à movimentação pessoas resultantes da pandemia de COVID-19.

CULTURA

35. Apesar da evidente importância da presença de elementos africanos na conformação da cultura popular brasileira, é ainda bastante modesta a interação entre a Zâmbia e o Brasil nesse campo. A Embaixada tem-se esforçado, durante minha gestão, para diminuir essa lacuna, buscando promover atividades relacionadas às diversas áreas da expressão cultural.

36. No início de 2018, em reunião de trabalho realizada na Residência oficial brasileira, o grupo de países lusófonos com representação diplomática na Zâmbia – Angola, Brasil, Guiné Bissau e Moçambique decidiu criar um festival anual de cultura lusófona, que foi batizado de LUSOFEST. Empreiteiras portuguesas atuantes na Zâmbia garantiram a representação de Portugal em ambas as edições do evento – 2018 e 2019, as quais tiveram lugar no Dia Internacional da Lusofonia (5 de maio), em espaço ao ar livre alugado junto a hotéis de alto perfil. O evento consistiu em mostra gastronômica e de artesanato, música e dança, para público estimado em 500 pessoas. No caso particular de 2019, a renda auferida com a venda de itens culinários foi revertida para fins humanitários, em forma de ajuda à população atingida pelos ciclones que assolararam Moçambique naquele

ano. Em 2020, a realização do LUSOFEST foi suspensa em razão das medidas de controle sanitário colocadas em vigor, no contexto da pandemia de Covid-19.

37. Em meados de 2018, a Embaixada promoveu recital de violão erudito do músico paranaense Fabricio Mattos, com programa formado integralmente por peças de compositores brasileiros. O evento foi realizado no auditório da Aliança Francesa, para público de superior a 150 pessoas. O violonista, que realiza curso de doutorado na prestigiosa Royal Academy of Music de Londres, também ofereceu "master class" em academia de música de Lusaca, sobre aspectos fundamentais da música brasileira e suas implicações, para os instrumentistas, no contexto interpretativo.

38. Em 2018 e 2019, a Embaixada passou a participar da edição anual do Festival Internacional de Cinema de Lusaca. Na edição de 2018, foi exibido o filme brasileiro "Gabriel e a Montanha", do diretor Fellipe Barbosa, o qual esteve presente na ocasião, havendo palestrado e dialogado com o público presente após a sessão do filme. Em 2019, o cinema nacional foi representado pelo filme "Como é cruel viver assim", da diretora Julia Rezende. Em ambas as ocasiões, a Embaixada ofereceu pequeno coquetel ao final da sessão, de forma a permitir interação com o público presente.

39. No campo das artes visuais, a Embaixada realizou duas exposições. A primeira consistiu em mostra fotográfica do artista gráfico Fabiano Queiroga, realizada em setembro de 2018. A mostra apresentou peças divididas entre dois conjuntos temáticos: fotografias de Brasília, sobretudo de prédios públicos da autoria de Niemeyer, e imagens da Festa do Divino Espírito Santo, de Pirenópolis (GO). A segunda exposição, realizada em novembro de 2019, consistiu em exibição de quadros da artista visual Suzanne Silva, pintados com tinta a óleo e acrílica sobre madeira. Intitulada "África Clássica", a exposição buscou reinterpretar quadros renascentistas europeus à luz de elementos físicos e culturais do contexto africano. Ambas as exposições tiveram lugar em espaço cultural da Embaixada (Chancelaria), com a presença dos artistas e de representantes dos órgãos de cultura locais, e com público total em torno de 100 pessoas.

40. A Embaixada também passou a participar da Feira Internacional Cultural, evento anual organizado pelo Clube Diplomático de Lusaca. No intento de aproveitar todas as oportunidades possíveis para promover a cultura brasileira, a Embaixada contou com estande nas edições de 2018 e 2019 da Feira, a qual se realiza no segundo semestre do ano, havendo, nessas ocasiões, oferecido mostras representativas da culinária brasileira (salgadinhos, doces e pratos quentes). Na edição de 2019, o estande da Embaixada obteve a segunda

maior arrecadação da Feira, num universo de dezoito países participantes. A arrecadação dos estandes nacionais é, por norma, integralmente repassada ao Clube Diplomático de Lusaca, para utilização em projetos benficiares.

41. Em 22/02/2020, em parceria com o Clube Diplomático de Lusaca, a Embaixada organizou festa de Carnaval nas dependências da Residência oficial. O evento, de caráter benficiente, contou com público de cerca de 300 pessoas e o apoio de diversos patrocinadores (Stanbic Bank, Toyota, Ambev, Turkish Airlines, entre outros). A arrecadação do evento, a cargo do Clube Diplomático, do qual passei a ser o presidente ("Chairperson") por meio de eleição em assembleia geral, ocorrida em março de 2019, terá como destinação principal a construção de ala de maternidade em clínica popular, localizada na periferia de Lusaca. A obra foi indicada como prioritária pelo Ministério da Saúde da Zâmbia.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDUCACIONAL

42. A Embaixada participa ativamente do "Grupo de Países Cooperantes" na Zâmbia (CPG) integrado por missões diplomáticas e organismos internacionais residentes, e cujas reuniões são mantidas em caráter mensal. O Brasil figura como o único país cooperante a não manter, na atualidade, projeto bilateral de cooperação técnica com a Zâmbia.

43. Em caso de retomada da cooperação técnica brasileira com a Zâmbia, o Posto entende que os setores mais promissores para o desenvolvimento de projetos são o da agricultura e da saúde.

- Agricultura:

44. Na área agrícola, a Zâmbia continua necessitando de apoio para combater a chamada lagarta de cartucho em seus cultivos de milho (principal alimento do país), praga que segue causando transtornos econômicos graves, além de impactar seriamente a política de segurança alimentar local. Outro assunto de interesse das autoridades locais diz respeito à prioridade política atribuída ao tema da capacitação para estudantes, professores, pesquisadores e pequenos fazendeiros no setor da pecuária, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento genético bovino. Na missão realizada pelo Instituto Daniel Franco (IDF) a Lusaca em outubro de 2019, a Ministra da Pecuária e Pesca, Professora Nkandu Luo, foi muito clara ao enaltecer a necessidade de o referido instituto prestar a capacitação na área assinalada, que poderia ser materializada por meio de oferecimento de bolsas de estudo

nos níveis de graduação e pós-graduação, além de cursos técnicos de curta duração. Sobre o assunto, o Presidente do IDF, Daniel Franco, informou sobre a existência de bolsas de estudo voltadas para capacitação de alunos africanos no âmbito de parceria estabelecida, também em outubro de 2019, entre o Instituto e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

- Saúde:

45. A temática da saúde pública também figura como prioritária para a Zâmbia e poderia ser contemplada em possível projeto bilateral de CTI. O governo zambiano já manifestou, em diversas oportunidades, o interesse de retomar a cooperação com o Brasil no tema. Caberia recordar que a referida agenda mostrou-se intensa entre os anos de 2009 e 2014. No período em tela, foram realizadas ações nas áreas de prevenção e controle do HIV/AIDS, treinamento de profissionais de saúde do Hospital Universitário de Lusaca, além de promoção do desenvolvimento de programas de alimentação escolar, que, neste país, envolve os Ministérios da Educação (gestor do programa) e da Saúde (responsável pelo política de nutrição).

46. As autoridades zambianas externaram interesse em aprofundar cooperação com o Brasil em áreas como fortalecimento do sistema de atenção primária/básica; desenvolvimento da indústria farmacêutica doméstica, por meio da atração de indústrias do setor com capacidade de produção local; políticas de segurança sanitária nas fronteiras; instalação de banco de leite humano; e HIV/AIDS. Em seus recorrentes contatos com o Posto, o ministro da Saúde zambiano, Chitalu Chilufya, cogitou a possibilidade de assinatura de novo instrumento bilateral sobre cooperação em temas de saúde.

- Projetos Fundo IBAS:

47. Registre-se a execução, na atualidade, de dois projetos na Zâmbia apoiados com recursos do Fundo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul): um na área de agricultura, voltado para o desenvolvimento do cultivo de soja entre pequenos agricultores (orçamento de USD 1,7 milhão), implementada na província de Muchinga; e outro (que também inclui o Malawi), com vistas a contribuir para a eliminação do matrimônio precoce (orçamento de USD 920.250,00), implementado nas províncias de Muchinga e Setentrional.

48. Sublinho que, em 5 de março de 2020, fiz apresentação sobre o Fundo IBAS na reunião mensal do "Grupo de Países Cooperantes", com o intuito de dar conhecimento aos países doadores sobre os seus objetivos gerais, assim como publicizar as ações de cooperação acima

mencionadas. Na oportunidade, estive acompanhado dos gestores do projeto de cultivo de soja na província de Muchinga, que, por sua vez, detalharam as atividades e objetivos de seu portfolio.

49. Por fim, registro a participação da Embaixada, em 3 de março de 2020, na primeira reunião do comitê direutivo do projeto "eliminação do matrimônio precoce", que contou, inclusive, com a presença da ministra de Gênero da Zâmbia, Elizabeth Phiri.

- Cooperação Educacional

50. Na área educacional, parece ser promissora a cooperação bilateral com a Zâmbia, sobretudo com a aprovação, em 2018, pelo Congresso Nacional brasileiro, do Acordo de Cooperação Educacional, assinado em 2010 pelos dois países.

51. O assunto é visto com muito interesse pelo governo zambiano que, de sua parte, formalizou, em dezembro de 2019, seu desejo de participar dos Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG). O tema segue aguardando o parecer do Ministério da Educação brasileiro.

CONSULAR

52. Estima-se em cerca de 60 (sessenta) pessoas a comunidade brasileira residente na Zâmbia. Em sua composição há um número expressivo de missionários, de diferentes denominações religiosas, além de pessoal técnico empregado no setor de mineração e cônjuges de nacionais zambianos, ou de cidadãos de outras nacionalidades radicados na Zâmbia. Em 2020, no contexto da pandemia de covid-19, o setor Consular tem prestado informações e orientações à comunidade brasileira. Também atuou no sentido de agilizar a repatriação de cidadã brasileira, único caso, até o momento, desse tipo de operação na Zâmbia.

53. Durante minha gestão, o setor Consular da Embaixada emitiu 305 vistos para cidadãos zambianos e viajantes de outras nacionalidades. No mesmo período, foram emitidos 39 documentos de viagem para cidadãos brasileiros.